

MAX WEBER E A RACIONALIDADE: Religião, Política e Ciência

MAX WEBER AND THE RATIONALITY: *Religion, Politics and Science*

José Vitor Lemes Gomes*
Raul Francisco Magalhães**

Resumo

Esse trabalho consiste em uma abordagem da sociologia de Max Weber enfatizando o tema da racionalidade dos indivíduos na sociedade. Trata-se de uma interpretação plural, na medida em que, a racionalidade é considerada como um fenômeno relativo a contextos histórico-sociais específicos. A abordagem da obra de Weber focaliza as possíveis racionalidades de agentes inseridos nas esferas da religião, da política e da ciência. Fica evidente que cada uma, dessas esferas, produz lógicas de ação específicas, o que corrobora o argumento de que a racionalidade é um fenômeno contextual.

Palavras-chave: Racionalidade. Ação. Religião. Política. Ciência.

INTRODUÇÃO

Esse artigo apresenta uma interpretação do pensamento de Max Weber sobre a religião, a política e a ciência como esferas autônomas de valor inseridas na modernidade ocidental. Por um lado, evidenciamos os traços comuns às três esferas indicando-os como frutos do racionalismo de dominação do mundo típicos da modernidade ocidental. Por outro lado, essa interpretação enfatiza a perspectiva relativista de Max Weber sobre o tema da racionalidade. Para isso, demonstramos que para cada esfera de valor; religião, política e ciência; existem lógicas internas específicas de ação. Isso permite o entendimento de que a racionalidade de um religioso diverge da racionalidade de um político e que ambas divergem da racionalidade de um cientista. Desse modo, é demonstrado que a obra de Max Weber não dispõe de uma concepção tota-

lizante e determinista do tema da razão, mas ao contrário, o concebe como fenômeno relativo a contextos sócio-históricos específicos.

O tema da ação racional é central no pensamento de Max Weber, mais do que em qualquer outro “fundador” das ciências sociais¹. Pode-se dizer que a racionalidade é o conceito básico que articula a teoria social weberiana, ou seja, a explicação da sociedade ocidental como um processo contínuo de racionalização do mundo que se dá no sucessivo enquadramento das relações sociais em regras objetivas, cuja faceta “macro” mais evidente manifesta-se na burocratização das formas de dominação carismáticas e tradicionais, e, num enfoque “micro”, indica a noção de racionalidade da ação individual como o *tipo ideal* para compreensão da ação social.

A racionalização da vida social é um processo geral, que produz estruturas de consciência típicas dos contextos da modernidade. Os agentes são “racionalizados” para perceberem uma autonomia

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor de Sociologia das Faculdades Integradas Paiva de Vilhena. Endereço residencial: Chácara Nossa Sra. do Sion, s/nº, Campanha - MG, bairro Jardim Sion, CEP: 37400.000, telefone (35)3261.1738, celular: (35)8455.6787.

** Doutor em Ciência Política pela IUPERJ. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

crescente entre seus procedimentos cognitivos, suas crenças morais e suas expressões estéticas. Como traço inicial, entende-se por racionalização o “desencantamento” histórico do mundo, separando a dimensão religiosa das estruturas morais e legais da ordenação da vida social, desdobrando-se a modernidade em sociedades nas quais as esferas de valor científico, estético e moral se separam, constituindo lógicas próprias. Tal macroprocesso reclama para Weber instrumentos precisos de análise, e isso o leva a ir além das leituras historicistas, típicas do seu tempo, em direção a discutir as formas elementares de tal racionalização.

O QUE É RACIONAL PARA WEBER?

Como parece ser regra entre os grandes pensadores, as ideias de Weber sobre a racionalidade encontram-se dispersas em ensaios de diferentes teses. O caráter exploratório e investigativo das reflexões sobre a ação racional é sublinhado pelo próprio autor, que considerava essas reflexões passos iniciais sujeitos a críticas e modificações possíveis em vários pontos, alguns que interessam de perto a esta pesquisa. Ao analisar a sociologia weberiana, Renarde Freire Nobre (2004) argumenta que Weber rejeitou a oposição entre racionalidade e irracionalidade, pois para ele, essas categorias não encontram correspondentes bem definidos na realidade humana. Pensar a diferença entre o que é racional e irracional só é possível através de uma percepção gradual, pois em uma atitude humana a racionalidade e a irracionalidade se mesclam em graus diversos, o que inviabiliza a noção de uma racionalidade pura.

É preciso assinalar, como um traço importante em Weber, o seu relativismo epistemológico quanto à racionalidade. Há passagens nas quais ele, claramente, submete as próprias noções de racionalidade e irracionalidade ao ponto de vista do analista, levando o leitor a entender que o que é racional de um ponto de vista poderá ser irracional de outro. Desde já, deve estar evidente sua concepção relativista sobre o que é racional. Um estudo atento da literatura weberiana demonstra que o complexo conceito de ação racional envolve

outros três conceitos fundamentais que são: racionalização, racionalidade e racionalismo.

Segundo Jürgen Habermas (2003), há na teoria weberiana duas vertentes de racionalização, uma cultural e outra social. A primeira consiste na racionalização das imagens do mundo que é realizada pelas religiões éticas universais. A segunda consiste no desenvolvimento material e organizativo da sociedade através da economia capitalista e do Estado moderno. Esses são os fenômenos estudados por Weber que expressam a racionalização no plano empírico. Mas afinal como se pode definir o conceito de racionalização? Habermas afirma que para Weber a racionalização tem um aspecto teórico e outro prático. No aspecto teórico a racionalização é o crescente domínio teórico da realidade mediante conceitos cada vez mais precisos. No aspecto prático a racionalização é o crescente domínio na busca metódica de um determinado fim, mediante o cálculo cada vez mais preciso dos meios. É notável que, tanto no aspecto teórico como no aspecto prático, a racionalização consiste em um crescente domínio do homem, seja no plano intelectual ou empírico, sobre a natureza e sobre o próprio homem. A racionalização é o processo histórico social no qual cresce progressivamente a capacidade de intervenção do homem na realidade de modo cada vez mais eficaz.

E quanto ao conceito de racionalidade, o que se pode afirmar? Habermas afirma que o conceito de ação racional referente a fins é a chave do complexo conceito de racionalidade. Disso podemos deduzir que a racionalidade liga-se diretamente à ação dos indivíduos, enquanto a racionalização se refere a um processo histórico social. Nesse caso a racionalidade opera na consciência dos agentes de vários modos, entre esses há o modo eletivo e o modo instrumental. A racionalidade eletiva consiste no processo em que o agente elege um fim, em detrimento de outros, como objetivo. A racionalidade instrumental consiste na maximização dos meios eficazes para obter o fim escolhido. Tanto o fator eletivo, como o instrumental, estão presentes na ação racional referente a fins, tipo ideal que expressa o máximo de racionalidade. Deve ser lembrado que a maioria das ações desenrolam-se, no plano empírico, permeadas por

fatores irracionais, adversos a teleologia, como valores afetos e a tradição.

Jessé Souza (2008) analisa Weber ressaltando um terceiro conceito inerente ao complexo da ação racional, o racionalismo. Para esse autor racionalismo pode ser definido como o modo, culturalmente singular, como uma civilização específica e seus indivíduos, constituem sua forma de pensar, agir e interpretar o mundo em função de sua cultura específica. Então, pode-se entender que a noção de racionalismo refere-se a matrizes culturais, ou civilizacionais, diretamente relacionadas aos modos de racionalização e racionalidade. Desse modo, fica claro que não existe definição universal sobre o que é racional ou o que é racionalidade, pois uma ação só é considerada racional em contextos sócio-históricos específicos.

Raymond Boudon (1989) apresenta uma boa reflexão sobre o tema da racionalidade ao estabelecer uma visão relativa sobre o que pode ser uma ação racional. O autor defende a ideia de Max Weber de que os fenômenos sociais devem ser explicados através de seus comportamentos individuais. Esses comportamentos devem ser considerados racionais e só no caso de insucesso desse tipo de explicação serão considerados fatores irracionais para descrever o comportamento dos atores sociais.

O autor relata a experiência do governo indiano na década de 70. Nessa ocasião o governo da Índia buscou o auxílio de uma universidade americana para empreender uma pesquisa sobre a questão da natalidade no país. O objetivo da pesquisa era buscar um método para reduzir a taxa de natalidade. A primeira etapa da pesquisa consistiu em distribuir pílulas em algumas tribos e não em outras que seriam os grupos e o controle. Constatou-se que a taxa de natalidade caiu tanto nas tribos que receberam pílulas como nas tribos que não receberam. Diante dessa situação os pesquisadores concluíram que a distribuição de pílulas não causou efeito. Para explicar a ineficácia das pílulas, os pesquisadores acusaram os traços culturais e ideológicos do camponês indiano, ligados às suas tradições. Esses traços são: 1º) recusa a inovação; 2º) desconfiança em relação a recursos estrangeiros e 3º) resistência à ideia de modificar artificial-

mente processos naturais. Assim os pesquisadores entenderam o comportamento dos nativos como sendo irracional, um comportamento dominado por forças sociais que escapam ao controle dos indivíduos. O dilema dos pesquisadores era: Como convencer um ser irracional como as camponesas indianas a usar pílulas?

Raymond Boudon argumenta que a interpretação dos pesquisadores é errônea ao acusar o comportamento do camponês de irracional. Uma atenção especial revelaria que o fato de ter um filho a mais não é irracional, mas pelo contrário. Para o camponês indiano, não é caro criar e educar um filho, além disso, o aumento da prole se traduz no aumento da mão de obra e da produtividade familiar. “Se ele (o filho) trabalha fora, como é frequente, seu salário aumenta a renda da família” (BOUDON, 1989, p. 11). Se ele (o filho) trabalha na terra da família, evita a contratação de mão de obra, o que é oneroso naquele contexto.

Com isso Raymond Boudon demonstra a possibilidade de explicar um fenômeno social como produto de comportamentos compreensíveis e racionais, como recomendou Max Weber, e argumenta que a racionalidade é sempre relativa a um contexto. No contexto ocidental é irracional o aumento da prole, pois os custos de formação do indivíduo são elevados, porém, no contexto indiano, é compreensível que o camponês seja racional ao aumentar sua prole, pois a formação de seus filhos tem custo baixo e esses filhos se convertem em força de trabalho no futuro.

Boudon lembra que os indivíduos não podem ser considerados um a um, mas podem ser agrupados através de tipologias comportamentais. Além disso, o autor admite seguir o conselho de Weber ao analisar ideias recebidas como qualquer outro tipo de comportamento compreensível e racional.

A reflexão de Boudon sobre o comportamento dos indianos confirma que a racionalidade está submetida à sua matriz civilizacional específica, isto é, ao racionalismo. Para cada racionalismo haverá racionalidades específicas e isso confirma a relatividade inerente à definição do que é racional.

Portanto, deve estar claro, ao leitor, que por racionalização deve-se entender um processo his-

tórico social; por racionalidade entende-se um processo que se dá na consciência dos agentes como motivação para suas ações, em função de critérios diversos; e por racionalismo deve-se entender a matriz cultural na qual estão inseridos sociedades e indivíduos. Todos esses conceitos estão completamente interligados, pois os vários modos de racionalidade e racionalização se dão em contextos históricos sociais determinados.

O RACIONALISMO DE DOMINAÇÃO DO MUNDO

Max Weber caracteriza o racionalismo ocidental como racionalismo de dominação do mundo. Para isso, o autor demonstra que no ocidente (para ser mais preciso na Europa ocidental e nos Estados Unidos) ocorreu um hábito de comportamento coletivo que favoreceu a ocorrência de uma ciência, uma jurisprudência, uma arte, uma política, e um sistema econômico específicos, racionalizados ao máximo com base no cálculo e na previsibilidade.

O capitalismo ao modo que se desenvolveu no ocidente é caracterizado pela busca de lucro, mas, além disso, trata-se de um lucro sempre renovado por meio de empresa permanente pautada no cálculo em termos de capital, no trabalho livre, na existência de um sistema jurídico racional e previsível, na burocratização da administração e na técnica de produção oferecida pela ciência. Essa concepção de capitalismo diferencia-se radicalmente da simples busca de lucros ocorrida em outros contextos como os casos de financiamentos monetários e agiotagem, ocorridos na Babilônia, na Grécia, na Índia, na China e em Roma, pois nesses casos havia apenas uma especulação, a atividade era descontínua e aventureira. O espírito do capitalismo vai muito além da busca de lucro e afeta a organização de trabalho e a vivência social dos indivíduos nos seus hábitos cotidianos.

Weber ressalta que o ocidente viveu, na modernidade, um avanço do racionalismo de dominação do mundo incomparável a outros contextos. Na ciência estabeleceu-se um método empírico de conhecimento com a aplicação técnica altamente eficaz ao processo industrial. Sob

influência do Direito Romano a jurisprudência racional só se deu no ocidente. Nas artes do ocidente, a técnica permitiu que a música assumisse, desde o renascimento, uma organização inovadora e que a arquitetura produzisse edificações monumentais. No campo da política as organizações e grupos nunca foram tão estruturados em regras racionais e leis executadas por funcionários especializados. Contudo fica evidente que o espírito do capitalismo envolveu um complexo que se vincula ao processo de racionalização técnica e predomínio da atitude instrumental.

Weber conclui que uma das causas mais evidentes dessa configuração sócio-cultural foi um fenômeno religioso peculiar em suas premissas, o protestantismo ascético. Desse modo, Weber estabelece uma afinidade eletiva entre o *ethos* puritano calvinista com uma das fases mais importantes do processo de racionalização que culmina na efetivação da sociedade capitalista e seu racionalismo de dominação do mundo.

RACIONALIDADE NA RELIGIÃO

Max Weber demonstrou que a religião é fonte de concepções do mundo e reguladora das condutas individuais na vida social. O autor indica o papel fundamental da religião no processo de racionalização do ocidente, ou, na efetivação de um racionalismo especificamente ocidental. Esclarecemos que não é objetivo desse artigo estabelecer uma análise minuciosa da sociologia weberiana da religião, mas apenas evidenciar a relação entre religião e o complexo fenômeno da racionalidade. Para isso recorreremos à obra mais famosa de Weber, isto é, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

Nessa obra Weber demonstra a influência das ideias religiosas no desenvolvimento da sociedade capitalista ocidental. O primeiro passo dado pelo autor é o relato de estatísticas, as quais demonstram o predomínio de protestantes nas atividades inovadoras, nesse sentido o autor argumenta: "...o caráter predominante protestante dos proprietários do capital e empresários, assim como das camadas superiores da mão de obra qualificada, notadamente do pessoal de mais alta

qualificação técnica ou comercial das empresas modernas” (WEBER, 2004a, p. 29).

Além disso, as estatísticas mostram que o número de formados em cursos técnicos voltados para o comércio tem maioria protestante e entre os trabalhadores fabris, também, há predomínio de protestantes, por outro lado, os católicos são majoritários entre os artesãos. Diante desse quadro, Weber conclui que os protestantes rejeitam posturas e atividades tradicionalistas viabilizando mudança e modernização no trabalho, o que se traduz em métodos mais ousados de produção e comércio.

Surge, então, a questão: a emancipação do tradicionalismo econômico liga-se a uma redução do controle da igreja sobre a vida cotidiana dos indivíduos? Weber responde que não, pelo contrário, há um aumento do controle sobre a vida pública e privada. “A dominação do calvinismo (...) seria para nós a forma simplesmente mais insuportável que poderia haver de controle eclesiástico do indivíduo” (WEBER, 2004a, p. 31).

Além do alto grau de regulação das condutas por parte do puritanismo calvinista, Weber constata que os seguidores dessa religião apresentam maior tendência ao racionalismo econômico, o que não é observado entre os católicos. Diante de tais evidências, Weber questiona a que lógica se deve a correlação entre ética religiosa e conduta econômica.

O autor apresenta sentenças proferidas por Benjamin Franklin como expressão da cultura americana. Tais sentenças expressam a ideologia capitalista em si e se resumem ao seguinte: “Lembra-te que tempo é dinheiro. (...) Lembra-te que crédito é dinheiro. (...) Lembra-te que o dinheiro é procriador por natureza e fértil” (WEBER, 2004a, pp. 42-43).

Deve ser lembrado que nos Estados Unidos predominou a religião puritana calvinista e que Benjamin Franklin, natural de Massachusetts, era filho de um rígido calvinista, que lhe inculcou tal *ethos* durante a juventude. Com isso Weber conclui que a aquisição econômica não era um meio para satisfação das necessidades materiais, pois as sentenças de Franklin exaltavam, acima de tudo, a responsabilidade, diligência e

honestidade, fatores que seriam comprovados pelo sucesso profissional e financeiro.

O dogma fundamental do calvinismo é o da doutrina da predestinação, segundo a qual todos os homens têm o destino póstumo traçado por deus, por motivos estritamente divinos inacessíveis e incompreensíveis ao homem. Desse modo a salvação de cada um é definida desde sempre e é inalterável, não há nada que o indivíduo possa fazer para modificar a decisão de deus quanto a sua salvação.

Weber indica que, para Calvino, só uma pequena parcela dos homens seria salva, o interesse de Calvino se centra em deus e não no homem, os homens existem por causa de deus e para deus, então só resta dedicar a vida para a glória de deus. As boas práticas se pautam, então, no interesse de garantir uma organização racional do meio social. O empenho no trabalho era um modo de dissipar as dúvidas quanto à salvação levando a certeza sobre tal, pois o sucesso no trabalho poderia ser um sinal da eleição.

Contudo, no calvinismo há uma completa eliminação dos meios de salvação, pela Igreja, pelo sacramento e pelas práticas literalmente mágicas. A eliminação da magia do mundo começa com os profetas hebreus e com o pensamento científico helenístico e se revigora no calvinismo, que considera os meios mágicos de salvação superstição e pecado. O puritano também desprezava os sentidos sensoriais e emocionais, por serem elementos da carne que produziam ilusões sentimentais e superstições idólatras.

A eliminação da magia no mundo é o próprio desencantamento do mundo. Essa passagem é uma importante virada na racionalidade que, então, ganha uma nova lógica, com maior empiria. Habermas (2003) lembra que, para Weber, o desencantamento do mundo é um indicativo da racionalização, ou, para ser mais preciso, o grau de racionalização é medido pelo grau da superação do pensamento mágico.

Para evidenciar a ligação entre ética ascética protestante e espírito do capitalismo, Weber expõe e analisa as máximas religiosas sobre a conduta econômica. O autor apresenta, então, o *Descanso Eterno dos Deuses* ou o *Christian*

Directory, de Baxter. Nesses textos, o autor constata a ênfase na discussão sobre a riqueza. A riqueza é aceita, desde que, não leve ao ócio, as tentações da carne e ao desvio de uma vida correta quanto aos preceitos da religião. O homem deve trabalhar na sua vocação pela glória de Deus através do trabalho metódico. Com essa ênfase na importância do trabalho, para manutenção da boa conduta e para o agrado de deus, a perda de tempo é concebida como pecado.

Desse modo, o trabalho tornou-se a própria finalidade da vida. Weber aponta uma concepção calvinista de vocação diferente da de Lutero. O conceito puritano de vocação é marcado pelo caráter metódico ascético, ao contrário do luteranismo, permite a mudança de profissão, desde que o trabalho seja feito com o propósito de agradar a deus. O autor, também, afirma que a ênfase na significação ascética de vocação propicia a justificação ética para a moderna divisão do trabalho em especialidades.

O ponto essencial de Weber nessa obra é a aceitação da riqueza pelos puritanos. Até então a maioria das religiões não motivava seus fiéis ao acúmulo de capital através do trabalho sistemático e da frugalidade. Esse é um hábito novo que o calvinismo despertou em seus crentes.

Contudo, Weber encontra a raiz religiosa do espírito do capitalismo no puritanismo ascético, que inculcou em seus fiéis uma visão de mundo e uma ética, favoráveis ao acúmulo de capital.

A valorização religiosa do trabalho profissional mundano, sem descanso, continuado, sistemático, como o meio ascético simplesmente supremo e a um só tempo comprovação o mais segura e visível da regeneração de um ser humano e da autenticidade de sua fé, tinha que ser, no fim das contas, a alavanca mais poderosa que se pode imaginar da expansão dessa concepção de vida que aqui temos chamado de espírito do capitalismo. E confrontando agora aquele estrangulamento do consumo com essa desobstrução da ambição de lucro, o resultado externo é evidente: acumulação de capital mediante coerção ascética à poupança. (WEBER, 2004a, pp. 156-157)

O protestantismo ascético gerou, através de sua ética, o espírito do capitalismo em países como Inglaterra, Holanda e Estados Unidos, onde a industrialização e o capitalismo ocorreram mais cedo. Desse modo, a ética de trabalho e administração de riqueza mantiveram-se, por muito tempo, ligadas ao *ethos* religioso. Isso, porém, não se manteve, pois o espírito do capitalismo se desvinculou da ética religiosa tornando-se uma prática laica. Weber argumenta que com o aumento da riqueza, aumenta, também, o orgulho, a cólera e o amor ao mundo, sentimentos que vão contra a religião.

A religião perde força coativa sobre as condutas individuais e deixa de colonizar as demais esferas de valor que assim se autonomizam efetivando seus próprios mecanismos de regulação das condutas. Com isso a concepção dualista é desvalorizada, isto é, a pressão do *dever ser* sobre o *ser* se reduz. Só resta, então, como possibilidade de atitude ética a condução consciente da vida como personalidade, o indivíduo deve fazer escolhas morais levando em conta as consequências de sua ação.

A conduta humana passa a ser, cada vez mais, pautada na escolha subjetiva do agente. Wolfgang Schluchter (2000) afirma que quem, na modernidade secularizada, quer conduzir a vida de forma consciente é forçado a afirmar certos valores e negar outros através de uma decisão subjetiva. A religião, a partir de então, deve ser pensada de modo diferente, levando-se em consideração que é apenas uma esfera de valor que não exerce mais predominância sobre as demais. A religião mantém a capacidade de produzir imagens de mundo vigente na consciência de seus crentes e de regular suas condutas, porém com uma intensidade menor.

Contudo, deve ficar claro que, a racionalidade na esfera religiosa se funda, antes de tudo em dogmas e crenças, fatores não testáveis e não comprovados na vida prática dos homens. Mesmo o protestantismo ascético que elimina as práticas mágicas gerando um máximo de desencantamento na esfera religiosa, se funda na crença de uma vida póstuma pré-determinada por deus, o que é expresso no dogma da pré-destinação.

O religioso apenas crê na existência de um deus e em um além, pautando sua conduta por tais crenças. A partir disso, esboçaremos as diferenças da racionalidade religiosa em relação à racionalidade política e científica.

RACIONALIDADE NA POLÍTICA

Max Weber (2004b) reconhece que o termo política pode designar muitas relações, a política de divisas de um banco, a política adotada por um sindicato, a política da diretoria de uma associação, e até a política de uma esposa hábil para com seu marido. Porém, para dar um tratamento sociológico ao termo, Weber delimita a noção de política, como conjunto de esforços que visam participar do poder estatal ou influenciar na divisão desse poder.

Portanto, a noção de política é indissociável do poder do Estado. Assim é necessário esclarecer a noção de Estado na sociologia weberiana. Para Weber a característica básica do Estado é seu meio específico, o monopólio legítimo da coação física. Todo Estado dispõe da possibilidade de exercer a coação física, sendo o agrupamento político dirigente, que submete uma comunidade humana a sua dominação dentro do território onde é vigente. Além da coação física o Estado possui um poder centralizado e um aparato burocrático administrativo que propiciam o exercício da dominação.

É notável, que, o Estado consiste, antes de tudo, em uma relação de dominação do homem sobre o homem. Mas devemos lembrar que para Weber uma associação só tem legitimidade e existência quando é fruto da concatenação de inúmeras ações individuais, do consenso da coletividade. Desse modo, o Estado, que é uma associação política, necessita do reconhecimento de cada súdito (ou cidadão) para ter seu poder legitimado. Assim o primeiro passo da ação política consiste em efetivar a legitimidade do estado frente à coletividade. Segundo Weber, as razões que garantem a legitimidade da dominação estatal são: a tradição, o carisma, a legalidade, o medo e a esperança.

A tradição consiste em legitimar uma instância de dominação, através do hábito irrefletido com a

justificativa de que as coisas são assim desde sempre. Na modernidade ocidental, o patrimonialismo e as monarquias absolutas se enquadram na modalidade tradicional de dominação.

A legitimidade da dominação é fruto do carisma quando um líder plebiscitário obtém, democraticamente, a direção do Estado ou influência em tal, utilizando-se de dons carismáticos. Nesse caso os cidadãos (ou súditos) se submetem à dominação em virtude de uma devoção afetiva à pessoa do líder, que demonstra carisma através de atos heroicos em guerras ou do poder intelectual e retórico, apresentando-se como alternativa nova para os problemas cotidianos. Weber argumenta que, na política moderna do ocidente, o carisma triunfou na figura do líder demagogo como o chefe de partido no parlamento.

A dominação encontra legitimidade racionalmente quando há um direito racional e previsível com um quadro de funcionários especializados sujeitos às leis. O Estado moderno está associado à jurisprudência que o regula e, além disso, seu corpo administrativo é organizado burocraticamente.

Weber afirma que os súditos se submetem à dominação, também, em função do medo e da esperança. Temem ser punidos ao contrariarem as forças dominantes e esperam ser recompensados, de algum modo, pelo poder vigente.

Fica evidente que a legitimidade do poder político é fruto de estímulos culturais e psico-sociais. A tradição, o carisma e a legalidade são condições sócio-culturais dominantes as quais o político deve compreender, para conquistar a legitimidade enquanto senhor ou líder. O medo e a esperança são disposições psico-sociais que o político deve saber despertar em seus eleitores nas ocasiões convenientes, a favor de sua eleição e da sua manutenção no poder. Nesse aspecto, a política é a arte de construir imagens do mundo na consciência coletiva, para que a ação da massa tome a direção desejada por aqueles que a dominam. Se a política funciona construindo visões de mundo e orientando a ação coletiva, podemos concluir que ela tem uma atuação sobre a racionalidade humana.

A atuação do político não é nada simples e exige qualificações. Em *Política como vocação*, Weber

(2004b) argumenta que no Estado moderno surgem os políticos profissionais. Trata-se de uma categoria que inicialmente se coloca a serviço dos príncipes não apresentando ambição de se transformarem em senhores, mas empenham-se na luta política para garantir a legitimidade dos príncipes no poder estatal e a realização de suas ordens. Weber ressalta que isso só ocorreu no ocidente, onde a categoria encontrou remuneração e conteúdo moral para sua ação, oferecendo dedicação exclusiva à atividade política. O autor ressalta que existem vários modos de praticar a política enquanto atividade secundária. Esse é o caso do eleitor que só tem participação política na hora do voto, dos militantes de partido, dos parlamentares que só exercem o cargo durante as sessões, entre outras atividades que são realizadas de modo ocasional. O político profissional, pelo contrário, tem a atividade política como ocupação principal. Porém, entre os políticos profissionais, Weber estabelece uma distinção entre aqueles que buscam na atuação política apenas uma fonte de renda e outros que a transformam no seu objetivo de vida como meio de defender causas e convicções.

Os políticos profissionais, no entanto, não atuam isolados, de modo independente. Weber lembra que a luta política é o espaço ocupado por partidos, isto é, associações de pessoas com ideais políticos comuns ou unidos em busca do poder e de cargos. Weber deixa claro que os partidos vivem sob o signo do poder. Os políticos profissionais buscam ascender ao poder com o apoio e a influência de um partido, através do qual, disputam votos no eleitorado, que, nesse caso, é encarado como um mercado. O partido, então, é uma máquina que atua no mercado eleitoral, no qual busca legitimidade para ocupar o aparato dirigente do Estado, o que se traduz, segundo Weber, no controle da distribuição de cargos. Nesse caso a política não visa mais o bem comum, mas sim interesses particulares. Os partidos se tornam trampolins para um futuro garantido economicamente através de um cargo na máquina estatal. Nesse cenário da luta partidária, Weber indica que os meios para conquista de votos no mercado eleitoral são variados.

Apesar de indicar um predomínio de uma racionalidade teleológica na esfera política, Weber indica que essa esfera não se resume necessaria-

mente a um mercado eleitoral. A política moderna reserva um vasto espaço para valores e ideais, o que impede que o perfil do político seja reduzido à simples busca da obtenção do poder ao modo maquiaveliano. Sendo assim Weber faz recomendações à ação política. O político deve agir com paixão na defesa de suas causas, com responsabilidade e senso de proporção, o que implica em calma interior, capacidade de distanciamento dos homens e das coisas. Além disso, Weber alerta que os políticos devem controlar a vaidade pessoal, pois essa é um inimigo fatal.

Até aqui fica evidente que, para Weber, a política não é um campo de dogmas e de predomínio da ética como a religião. Mas, por outro lado, Weber evidencia, também, que a política não se resume a uma atividade de racionalidade estritamente teleológica. Cabe-nos, a partir disso, responder a questão: qual a lógica da ação no campo da política? Ou, como podemos pensar a racionalidade nessa esfera?

Na esfera política a racionalidade pode ser pensada de vários modos. Nessa pesquisa, constatamos na sociologia política weberiana a presença de: racionalidade eletiva, racionalidade instrumental e racionalidade valorativa. A racionalidade do político é eletiva quando precisa eleger um fim a ser buscado. A racionalidade do político será instrumental, quando esse mobiliza qualquer meio eficaz para obter o fim elegido, independente de qualquer ética ou moral, nesse caso, o único critério para mobilização dos meios é a eficácia na obtenção do fim. O príncipe maquiaveliano é a síntese ideal de racionalidade eletiva e instrumental, pois uma vez que eleger um fim, o poder, se dispõe a utilizar qualquer meio eficaz para atingi-lo. A ação de um político nos moldes do príncipe maquiaveliano é racional com referência a fins, para ele os fins justificam os meios e o eleitorado é considerado como um mercado, no qual, os eleitores são equivalentes a consumidores, alvos a serem persuadidos pela propaganda. Por outro lado, a racionalidade pode ser valorativa, na esfera política, quando o político age de acordo com suas próprias convicções, responsabilizando-se por suas ações. Nessa situação o político defende causas em nome do bem comum e sua ação é racional

referente a valores, pois, para ele, só determinados meios, os moralmente aprovados, são admitidos para obtenção do fim desejado. Portanto a política é uma esfera permeada de valores, os quais, muitas vezes, determinam as ações de políticos e eleitores. Além das formas de racionalidade tratadas até aqui, referentes à ação do político profissional, devemos lembrar, também, que a política produz concepções de mundo para eleitores e cidadãos de modo geral, determinando a lógica de suas ações. Os grandes líderes e partidos políticos são essenciais nesse processo ao se mostrarem portadores das ideologias e buscarem difundir-las no meio social, persuadindo os cidadãos de que estão defendendo o melhor para o bem público. Por fim, deve ficar evidente, a diferença da racionalidade religiosa e política. Enquanto a primeira se fundamenta na crença irrefletida e nos dogmas inquestionáveis, a segunda envolve um processo dialógico com espaço para escolhas a favor de certos valores em detrimento de outros.

RACIONALIDADE NA CIÊNCIA

Na conferência *Ciência como Vocação*, Weber (2004b) comenta o pensamento científico no platonismo, no renascimento e acima de tudo em seu tempo, expressando que a marca da ciência moderna é a especialização e burocratização.

Weber lembra que, no Platonismo, o conhecimento científico buscava, através da razão, a verdade, a essência do ser e das coisas. O autor indica que isso ocorreu entre os gregos porque esses foram os primeiros a utilizar em um instrumento de conhecimento, o conceito. Isso foi possível porque acreditavam na correspondência entre o conceito e o objeto, ao qual, esse se refere, trata-se do princípio de identidade, isto é, a ideia contida no conceito é idêntica à essência do objeto do conhecimento. Desse modo sabia-se o que era belo pelo conceito de belo, sabia-se o que era bom pelo que afirma o conceito de bom e daí por diante.

Weber passa ao Renascimento e lembra que nessa fase a ciência se baseia no conhecimento da natureza e na fé em Deus, essa fé era reforçada pelo conhecimento das obras divinas, ou seja, toda a natureza. Nessa fase, os precursores da ciência

foram grandes inovadores da arte como Leonardo Da Vinci e as experiências da arte passam para o campo da ciência. A influência da religião foi animada pelo protestantismo que buscava o caminho que conduz a Deus, a tarefa científica poderia ser esse caminho, na medida em que, explicava e conhecia as obras de Deus, ou seja, a natureza. Esse foi um impulso para as ciências da natureza.

Mas e a ciência de seu tempo, como Weber refletiu? Weber indica como marca da ciência moderna a burocratização e a especialização. O autor afirma que o instituto de ciência assemelhou-se a uma empresa capitalista. Esses institutos necessitam de grandes quantias de recurso financeiro para a própria manutenção e se caracterizam pela proletarização do intelectual, pois, esse fica, como qualquer trabalhador, privado dos meios de produção, além de estar submetido a um superior na hierarquia da instituição, assim como um proletário ao seu patrão. Weber lembra que, na ciência, o indivíduo só alcança êxito com rigorosa especialização. Esse fenômeno traz consequências para a realidade, pois um especialista é um ignorante ao se confrontar com a diversidade da realidade. Para ilustrar essa questão Weber dá o exemplo do homem que embarca em um trem, esse, se não for um físico não saberá como funciona e nem o que faz o trem se mover, por outro lado, um índio conhece mais as tecnologias de seu meio do que um civilizado, pois na tribo não há especialização.

Desse modo o papel da ciência e da racionalização crescente não significa que o indivíduo está dotado de maior conhecimento, mas sim, que estão disponíveis explicações científicas e racionais para quase todo fenômeno e assim o indivíduo sabe que não há poderes místicos ou sobrenaturais interferindo na vida, pois há possibilidade de domínio por meio da previsão. O homem que embarca no trem não sabe como o trem funciona, mas sabe que o trem não é movido por forças mágicas, sabe também que o trem obedece a um percurso previsível com uma lógica de funcionamento previsível. Weber afirma que isso é o mesmo que despojar a magia do mundo, o selvagem que ainda acredita na existência de poderes sobrenaturais apela para métodos mágicos para interferir na realidade, já o civilizado deve

recorrer à ciência, porém nunca dominará todo conhecimento enquanto indivíduo, pois, para cada caso, há um especialista. Devemos lembrar que despojar a magia do mundo é para Weber o próprio desencantamento do mundo.

Contudo, cabe questionar: Qual o sentido da ciência? A ciência traz sentido à vida? Weber recorre a Tolstói para responder a tais questões afirmando que a ciência não tem sentido e nem traz sentido à vida, pois ela não permite responder às indagações mais relevantes, isto é, o que devemos fazer? Como devemos viver? A resposta a essas questões não são dadas pela ciência. Sentido para vida só se dá no campo da moral, da ética, da religião, da arte e até da política, mas não no da ciência, pois, doação de sentido depende de valoração, o que a ciência não pode fazer. Weber, porém, indica a presença de pressupostos não justificáveis cientificamente na base de toda ciência, isto é, no seu fundamento a ciência contém alguma valoração.

Weber lembra que na medicina há o pressuposto de conservar a vida e reduzir, ao máximo possível, o sofrimento. No direito, certas regras e métodos de interpretação são obrigatórios. Na história, certos fenômenos políticos e culturais são considerados. O autor questiona se conservar a vida não é uma valoração (do mesmo modo o suicídio ocorre em função do ponto de vista, subjetivo, de que a vida não tem mais valor). Também afirma que o direito não responde à seguinte questão: Deveria haver um direito e dever-se-iam consagrar exatamente essas leis? Questiona a História se os fenômenos políticos e culturais enfatizados são mesmo os relevantes e por quê? Para todas essas indagações a resposta só pode se basear em argumentação valorativa. Essa é a prova de que o fundamento último de toda ciência é valorativo. A ciência só se justifica na vontade subjetiva do pesquisador, seu interesse pessoal sobre os temas escolhidos. Diante disso Weber conclui que a ciência pode, apenas, disponibilizar o domínio técnico da vida através da previsão, do estabelecimento de métodos de pensamento e da clareza na descrição da realidade analisada.

Assim, se questionarmos qual a posição pessoal do homem de ciência frente à sua vocação, fica entendido que a ciência se justifica em si mesma,

o conhecimento é buscado pelo conhecimento, pela vontade de conhecer do pesquisador. Weber argumenta o seguinte sobre o cientista: “ele que se dedica à ciência pela ciência e não apenas para que da ciência possam outros retirar vantagens comerciais ou técnicas ou para que os homens possam melhor nutrir-se, vestir-se, iluminar-se ou locomover-se” (2004b, p. 37).

No texto *A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política* Weber (1995) esclarece o papel da ciência no que se refere à orientação da ação humana. A ação humana com sentido liga-se inevitavelmente à relação entre meios e fins, à consciência de que só determinados meios são eficazes para se alcançar certos objetivos. Além disso, devem ser reconhecidas as possíveis consequências da aplicação de certos meios no intuito de se obter um determinado fim. Para Weber, agir com responsabilidade consiste em ponderar meios, fins e consequências.

Weber entendeu que juízos de valor não podem ser extraídos de análises científicas, pois a ciência apenas elucida a eficácia de cada meio para obtenção dos fins colocados pela vontade humana e, além disso, o autor afirma que toda ação implica em uma tomada de posição a favor de determinados valores em detrimento de outros.

Para Weber a ação capaz de tomar posições entre valores antagônicos é a ação política, nesse sentido, Weber afirma: “o que caracteriza o caráter político social de um problema consiste no fato de não se poder resolver a questão com base em meras considerações técnicas” (WEBER, 1995, p. 111). Segundo Weber, emitir juízo sobre a validade de certos valores é assunto de fé, o que não faz parte da ciência. Portanto a ciência não ensina o que se deve fazer e nem indica quais fins devem ser perseguidos, a ciência, apenas, auxilia naquilo que se pode fazer para se obter os fins estabelecidos pela vontade pessoal de cada homem, sem fazer qualquer julgamento moral da ação humana.

Como já foi afirmado, Weber reconhece, porém, que apesar da ciência não estabelecer juízo de valor, seu fundamento é necessariamente fruto de uma escolha subjetiva do agente. A ciência consiste, antes de tudo, em ordenar a realidade através de categorias objetivas, porém quando um cientis-

ta elege um tema, em detrimento de outros, para análise, o faz em função de sua própria vontade, ou seja, subjetivamente. Desse modo a ciência só não está isenta de pressupostos valorativos quando o cientista escolhe um tema para análise, porque o julga digno de pesquisa, ou seja, certos objetos têm mais valor que outros aos olhos do agente.

A ciência não impõe decisões à ação, mas apenas indica o ajuste mais eficaz entre meios, fins e consequências. O cientista busca conhecimento quando crê, em função de pressupostos não justificáveis cientificamente, que o tema escolhido merece ser conhecido de modo neutro, isto é, sem valoração.

Raymond Aron (2002) analisa os textos de Weber sobre ciência e afirma que o cientista é aquele que enuncia proposições factuais, relações de causalidade e interpretações compreensivas. Desse modo, Aron afirma que a ação científica é uma ação racional com relação a um objetivo, isto é, a verdade, seja essa qual for. Por outro lado, esse objetivo advém do julgamento de que a verdade é algo desejável, ou seja, confere-se valor à verdade.

A ação do cientista é valorativa apenas na escolha do objeto de estudo e na consideração da verdade como algo digno de ser buscado. Além disso, a análise científica deve apenas entender e revelar os fenômenos de modo que se tornem passíveis de cálculo e previsão. Todo objeto escolhido para análise científica deve ser analisado pelos mesmos critérios e, desse modo, a ciência observa com a mesma atenção um charlatão ou um médico, um demagogo ou um estadista.

Assim como a religião e a política, a ciência produz concepções de mundo e regula as ações individuais, na medida em que, os indivíduos a consideram legítima. A ciência se diferencia da religião e da política por ser dotada de empiria, capacidade de teste, ou seja, é capaz de comprovar suas concepções e de indicar aos agentes os meios eficazes para obtenção dos fins desejados, com alta capacidade de previsão. Para aqueles que estão inseridos na esfera científica, isto é, os cientistas, existem regras que regulam suas ações. A ação do homem de ciência é um misto de racionalidades eletiva, instrumental e valorativa. Podemos considerar a racionalidade do cientista como eletiva e

valorativa quando esse tem que escolher um objeto para análise. Nesse caso, a racionalidade é eletiva e valorativa, ao mesmo tempo, pois o agente faz uma escolha, isto é, elege um objeto para análise e o faz, muitas vezes, em função de uma afinidade pessoal, subjetiva, para com o objeto escolhido, ou seja, a escolha é valorativa. Escolhido o objeto de análise, a pesquisa passa a se pautar pelas regras do método e, nesse caso, por uma racionalidade instrumental. O cientista dispõe de um meio, as regras do método, para atingir um fim, a verdade sobre o fenômeno estudado. Assim fica evidente o caráter instrumental (ou teleológico) da racionalidade na esfera científica. Deve ficar claro que, ao ter a verdade como fim a ser buscado, o cientista a tem, também, como um valor, pois só é possível considerá-la como algo desejável no âmbito subjetivo. As regras do método científico buscam garantir a neutralidade do analista frente ao fenômeno analisado. Weber, não só reconheceu a possibilidade de neutralidade, como, também, a defendeu. Porém, o autor, não ignorou os limites dessa neutralidade, pois ressaltou o papel da subjetividade e da perspectiva do agente como fatores determinantes nas pesquisas. A ciência só orienta a ação, na medida em que, se apresenta como alternativa da descrição da realidade, sem impor o que se deve ou o que se quer fazer, ela apenas indica o que se pode fazer para se obter o fim desejado. Isso é possível porque a atividade científica é capaz de prever o ajuste ideal entre meios, fins e consequências para que haja eficácia da ação. Nesse caso a ciência funciona como técnica, sendo capaz de reproduzir as ações desejadas.

Se o religioso busca salvação e o político busca o poder, o que se pode dizer da ação do homem de ciência nesse sentido? Weber responde que o cientista é o homem que faz ciência pela ciência, ou seja, busca o conhecimento, apenas, em função da sua vontade de conhecer, sem se preocupar em servir a outros fins. Comparada à religião e à política, a ciência é a esfera menos permeada e menos determinada por valores, pois esses só pautam a ação na escolha dos objetos e na concepção da verdade como fim inalienável. A ação na ciência é mais neutra que na religião e na política, pois o cientista se dispõe a descrever a realidade

independente de dogmas e ideologias. No entanto a ciência não é suficiente para tomada de decisões, pois isso exige a consideração a valores situados em contextos sociais específicos. Nesse caso a subjetividade do agente, que é dotado de valores, é indispensável, como elemento que o auxilia nas decisões e, portanto, determina seu agir.

CONCLUSÃO

A leitura da obra de Max Weber nos permite entender que no mundo há varias formas de racionalismo, pois este varia em função da matriz cultural, ou civilizacional, na qual se insere. Provavelmente a sociologia weberiana é o exame mais apurado do racionalismo ocidental o qual, o autor, caracteriza como racionalismo de dominação do mundo. A primeira lição é de que no ocidente há um modo específico dos indivíduos pensarem e agirem que se traduzem em traços constatáveis em todas as esferas de ação. Os principais traços desse racionalismo são: a busca de controle da natureza, da vida social e até da vida subjetiva de cada indivíduo (autocontrole). O meio que possibilita esse controle é o calculo gerador de previsibilidade. No contexto da modernidade ocidental, religião, política e ciência estão permeadas pela atitude instrumental, característica do racionalismo de dominação do mundo. A maior evidencia disso é que religião, política e ciência estão estruturadas burocraticamente. A igreja, o partido político e o instituto de ciência são, antes de tudo, organizações burocráticas e a burocracia é o espaço, por excelência, da atitude instrumental, ou teleológica.

Por outro lado, esse artigo evidencia diferenças entre religião, política e ciência, no que se refere aos modos de racionalidade vigentes em cada uma dessas três esferas. A conclusão que se pode tirar disso é que todas essas esferas estão submetidas, e são permeadas, pelo racionalismo de dominação do mundo, mas cada uma dispõe de sua própria racionalidade, ou seja, existem lógicas de ação específicas para cada uma dessas esferas. Em uma mesma matriz civilizacional, haverão, possivelmente, vários modos de racionalidade. Assim, fica esclarecida a diferença entre racionalismo e racionalidade. As três esferas abordadas se inserem em

um mesmo racionalismo, mas cada uma dispõe de seus próprios modos de racionalidade, isto é, modos específicos de pensar e agir.

Contudo a leitura de Max Weber e de seus intérpretes leva à conclusão de que na modernidade ocidental, religião, política e ciência estabelecem, entre si, uma relação intrincada enquanto esferas autônomas produtoras de racionalidade. Essa relação apresenta tensões e complementariedades de diversos modos e em diversas situações. O que não se pode perder de vista é o fato de que as racionalidades produzidas por essas três esferas são, antes de tudo, construções sociais, afinal a ação só tem lógica quando é social.

Abstract

This article consists in an approach of Max Weber's sociology, emphasizing the rationality of the individual in society. It is a plural interpretation of the subject, since rationality is considered a phenomenon which is relative to the specific historical and social context. The approach of Weber's work focuses the possible rationality of the agent, inserted in the sphere of religion, politics and science. It is evident that every sphere produce logic of specific action, which corroborates the argument that the rationality is a phenomenon of specific context.

Key words: Rationality. Action. Religion. Politics. Science.

NOTA

¹ Em Marx, o tema da ação racional não aparece explicitamente, a não ser como um problema pensável dentro da lógica dos movimentos das classes sociais. Em Durkheim, a ação é radicalmente determinada pelos conteúdos morais da sociedade, sendo uma escolha racional autointeressada: de um lado, um valor social típico das formações sociais mais evoluídas na divisão do trabalho, e, de outro, um traço patológico (anômico) da modernidade. Em Simmel, também não há tratamento direto do tema, a não ser em passagens esparsas, e há as exceções de Pareto e Tarde.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOUDON, Raymond. *A Ideologia, ou a origem das idéias recebidas*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa*, v. 1, Buenos Aires: Taurus Humanidades, 2003.

NOBRE, Renarde. *Perspectivas da Razão, Nietzsche, Weber e o conhecimento*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2004.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Politeísmo dos Valores. In: SOUZA, Jessé. (org). *A Atualidade de Max Weber*. Brasília: UnB, 2000.

SOUZA, Jessé. A Atualidade de Max Weber no Brasil. *Cult.* São Paulo, v. 11, n. 124, p. 42-46, maio, 2008.

_____. *Patologias da Modernidade*. São Paulo: Annablume, 1997.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

_____. *Ciência e Política, duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004b.

_____. *Economia e Sociedade*. v. 1 e 2, Brasília: UnB, 2004c.

_____. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 1. São Paulo: Cortez, 1995.

